

A *Dádiva* em todo lugar: notas a propósito do centenário da obra-prima de Marcel Mauss

The *Gift* is everywhere: notes on the 100th anniversary of Marcel Mauss' masterpiece

Leonardo Leal Esteves

Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, Brasil

RESUMO

Neste texto, procuro discutir a respeito da importância do *Ensaio sobre a Dádiva*, após quase um século de sua publicação original. De modo particular, busco chamar atenção para alguns debates mais significativos em torno da obra, bem como refletir acerca de desdobramentos desse clássico da Antropologia. Sem a pretensão de ser exaustivo e consciente de que há, possivelmente, análises muito mais profícuas sobre as contribuições teóricas do seu autor, esse texto é um convite à reflexão acerca da atualidade da obra-prima de Marcel Mauss. A partir da releitura do *Ensaio* e da análise de comentaristas e de trabalhos em diferentes áreas na antropologia procuro chamar atenção para a importância da obra maussiana para a compreensão teórica de aspectos no Direito, relações de parentesco, formas de organização política, questões relativas à economia, religião, o tema das festas e da cultura popular, entre outros aspectos. Uma obra, em outras palavras, cujas fronteiras e influências interdisciplinares não deixam de se expandir, ao mesmo tempo em que continua sendo referência central para compreensão de diferentes aspectos sob a perspectiva da Antropologia e para nos orientar como coletividade nesses tempos desorientantes em que vivemos. Em outros termos, mesmo depois de quase 100 anos de críticas, debates e desdobramentos, a contribuição teórica e dimensão totalizante do *Ensaio da Dádiva* continuam incontestáveis e suas influências estão em todo o lugar.

Palavras-chave: Dádiva, Marcel Mauss, Reciprocidade, Antropologia.

Recebido em 18 de junho de 2024.

Aceito em 10 de julho de 2024.

Revista Antropolítica, v. 57, n. 1, Niterói, e63354, 1. quadri., jan./abr., 2025



ANTROPOLÍTICA

ABSTRACT

In this essay, I try to highlight the relevance of Marcel Mauss's *The Gift*, originally published almost a century ago. In particular, I try to draw attention to some of the major debates on the work, as well as to reflect on developments in this classic of anthropology. This text does not intend to be exhaustive and is aware that there may be more fruitful analyses of the author's theoretical contributions. It is, however, an invitation to reflect on the importance of Marcel Mauss's masterpiece. By re-reading *The Gift* and analyzing commentators and works in different areas of anthropology, I try to draw attention to the relevance of Mauss's work for the theoretical understanding of aspects in the field of law, kinship relations, political organization forms, issues on to the economy, religion, feast and popular culture, among other themes. In other words, it is a work whose boundaries and interdisciplinary influences continue to expand. At the same time, it remains a central reference for understanding different aspects from the perspective of anthropology and guiding us as a community in these bewildering times in which we live. In other words, even after almost 100 years of criticism, debate, and repercussion, the theoretical contribution and totalizing dimension of *The Gift* remain undeniable, and its influences are everywhere.

Keywords: Gift, Marcel Mauss, Reciprocity, Anthropology.

INTRODUÇÃO

No interessantíssimo artigo “Onde está a Antropologia?”, Mariza Peirano (1997) refletiu sobre uma espécie de desorientação, diante da forma que algumas obras estariam organizadas nas estantes das livrarias norte-americanas. As revisões críticas, o contínuo processo de fragmentação e o diálogo com outros saberes e campos disciplinares teriam levado, conforme a autora, a uma sensação de que os livros de antropologia estariam “fora do lugar” nas livrarias dos Estados Unidos (Peirano, 1997, p. 71).

No Brasil, assim como em outras partes do mundo, talvez essa percepção não seja diferente. Em que pese as particularidades em termos de filiação disciplinares da antropologia brasileira, a dispersão e a confusão de fronteiras parecem também, cada vez mais, ser uma tendência nas nossas livrarias, bibliotecas e, por que não dizer, na nossa forma de fazer Antropologia ou qualquer outra ciência na contemporaneidade (Latour, 2011).

Há, entretanto, como argumentou a própria autora, determinadas produções que

parecem ocupar um eixo central naquilo que ainda chamamos aqui no Brasil, ou em qualquer país, de “Antropologia”. Obras “clássicas”, no sentido proposto por Calvino (1993), que, por serem referências incontornáveis para a nossa disciplina, parecem ser constitutivas da própria identidade disciplinar. Seus “locais na estante”, se pudermos usar a metáfora de Peirano, estariam cuidadosamente preservados. Mas, paradoxalmente, teríamos também a nítida impressão de que essas obras caberiam também em todo lugar, tamanha capacidade que elas têm de iluminar outros campos do saber e construir diálogos interdisciplinares.

Entre essas produções, talvez o caso mais emblemático seja o *Ensaio sobre a Dádiva*, de Marcel Mauss (2003). Publicada originalmente há quase cem anos, em 1925¹, e tendo como foco principal a análise de um tema aparentemente simples – relações de trocas e de reciprocidade entre as sociedades ditas “primitivas” –, essa obra teria sido responsável por descortinar uma infinidade de questões empíricas e por contribuir teoricamente para a compreensão de uma série de aspectos acerca dos arranjos sociais, dentro e fora da Antropologia.

Neste texto, procuro refletir a respeito da importância do *Ensaio sobre a Dádiva*, mesmo depois de quase um século de sua publicação original. De modo particular, busco chamar atenção para alguns debates mais significativos em torno da obra, bem como refletir acerca de alguns desdobramentos mais recentes desse clássico da Antropologia. Sem a pretensão de ser exaustivo e consciente de que há, possivelmente, análises muito mais profícuas sobre as contribuições teóricas do seu autor, este texto é um convite à reflexão acerca da atualidade da obra-prima de Marcel Mauss. Uma obra, em outras palavras, cujas fronteiras e influências interdisciplinares não deixam de se expandir, ao mesmo tempo em que continua sendo referência central para compreensão de diferentes aspectos sob a perspectiva da Antropologia e para nos orientar como coletividade nesses tempos desnorteantes em que vivemos.

A GÊNESE E A FECUNDIDADE DE UM CLÁSSICO

Há cerca de 100 anos, em 1925, foi publicado originalmente um longo ensaio no periódico francês *L'Année Sociologique* sobre “a forma e a razão das trocas” nas chamadas “sociedades arcaicas” (Mauss, 2003). Seu autor, Marcel Mauss, era sobrinho do eminente sociólogo Émile

¹ Essai sur le don. Forme et raison de l'échange dans les sociétés archaïques. *Année Sociologique*, 1925 (Mauss, 2003).

Durkheim, de quem ele se considerava um herdeiro intelectual e com quem realizou diversos trabalhos, no âmbito da Escola Sociológica Francesa (Eriksen; Nielsen, 2007; Merleau-Ponty, 1980; Lanna, 2006, 2015).

A obra de Marcel Mauss, no entanto, teria sido responsável por uma espécie de inflexão do legado durkheimiano da Sociologia para a Antropologia, além de contribuir para uma relativa projeção da Antropologia francesa para outros países no início do século XX. Aquilo que o próprio Mauss chamava de uma “sociologia comparada” foi, nas palavras de autores como Lévi-Strauss (2003), “a inauguração [...] de uma nova era para as ciências sociais” (Lévi-Strauss, 2003, p. 32). Uma contribuição central, em outros termos, ao que viríamos conhecer como a “Antropologia Moderna” (Eriksen; Nielsen, 2007; Lanna, 2015; Merleau-Ponty, 1962).

Mauss era jurista de formação e professor de filosofia. Naquele período, entre 1900 e 1930, ele ocupava a cátedra de História das Religiões dos Povos Primitivos e não Civilizados na *École Pratique des Hautes Études* (Lévy-Bruhl, 2003). Era, reconhecidamente, “um resenhista incansável” (Sigaud, 1999, p. 92). Como ressaltou Marcos Lanna (2015), ao longo de sua carreira, talvez por um traço de personalidade, Mauss costumava se dedicar mais a produções coletivas² do que a trabalhos exclusivamente seus.

Esse perfil agregador se fez presente ao longo de toda a sua trajetória acadêmica. Em entrevista concedida a Miriam Grossi e a Carmen Rial (2002), Denise Paulme – uma das ex-alunas de Mauss – comentou, por exemplo, que ele costumava ministrar as suas aulas ao redor de uma grande mesa, como forma de garantir que os estudantes se sentassem juntos em círculo e no mesmo nível do professor (Mauss [...], 2002; Grossi, 2006). Além disso, todos costumavam experimentar uma grande liberdade naquelas ocasiões, situação para a qual ela mesma, confessou, não estava até então preparada³ (Mauss [...], 2002). Devido ao sucesso dos seus cursos, inclusive, os encontros tiveram que ser transferidos para um anfiteatro, contra a própria vontade de Mauss (Grossi, 2006).

Vale ressaltar que, durante toda a vida, Mauss procurou manter relações pessoais, trocas de correspondências e interlocuções com diversos colegas estrangeiros. As relações de reciprocidade não eram apenas pensadas, mas intensamente vividas pelo autor. Vários intelectuais, inclusive, procuravam-no para que ele pudesse ler e contribuir com os seus manuscritos. Com

2 Como aponta Marcos Lanna (2015), não há nenhum livro de Mauss que foi publicado em vida de sua própria autoria, mas uma dezena de artigos escritos, muito em parceria com outros autores.

3 Denise Paulme mencionou que, em uma dessas aulas, por exemplo, Malinowski foi convidado por Mauss para discutir com os seus alunos e alunas sobre os conceitos de magia. Ao final daquele encontro, todos foram convidados a almoçar juntos com Malinowski (algo aparentemente bastante incomum, considerando o estilo formal de educação acadêmica na França) (Mauss [...], 2002).

isso, Mauss detinha um profundo conhecimento do que estava sendo produzido em diferentes partes do mundo (Lanna, 2015; Sigaud, 1999).

Nas palavras de Henri Lévy-Bruhl (2003):

Sua erudição era prodigiosa. Grande leitor (reunia uma magnífica biblioteca), tinha excelente memória e uma espantosa curiosidade de espírito. Além da etnologia e da ciência das religiões, matérias que dominava a fundo, tinha bons conhecimentos nas áreas de filosofia, psicologia, direito, economia política, literatura mundial e ciências exatas. Também sabia, além do inglês e alemão, russo, sânscrito, céltico e várias línguas faladas na Oceania. Era difícil surpreender-lhe algum erro e em geral maravilhava especialistas pela justeza e originalidade de suas observações. Foi um dos últimos cérebros enciclopédicos. (Lévy-Bruhl, 2003, p. 528).

Apesar da grandeza do mestre (ou talvez justamente por isso), como aponta Marcos Lanna (2015), os textos escritos por Marcel Mauss, quase sempre, tinham títulos bastante modestos, como “esboço”, “fragmento”, “introdução”, “ensaio”, como se aquele autor tivesse muita clareza da condição “provisória e passível de refutação das teorias”, ao mesmo tempo em que se colocava permanentemente aberto a atualizações. Conforme Lygia Sigaud (1999), o *Ensaio sobre a Dádiva* havia sido escrito originalmente com base em um relatório⁴ que Mauss elaborou a partir de leituras, reflexões e debates com os seus colegas, alunos e alunas, ao longo de quase duas décadas como professor da *École Pratique des Hautes Études*.

Nessa obra, Mauss propôs uma análise dos sistemas de trocas e reciprocidade que ocorriam em regiões como o Noroeste Americano, a Polinésia e a Melanésia. Além disso, ele procurou estabelecer uma relação das formas de prestação e contraprestação daqueles grupos sociais com o que ocorria tanto nas sociedades antigas, quanto nas sociedades europeias da época (Mauss, 2003). De modo especial, seu interesse estava em compreender as práticas e as regras por trás de sistemas de trocas que faziam com que presentes dados, de forma aparentemente voluntária e desinteressada naqueles povos, fossem obrigatoriamente recebidos e retribuídos.

Ele percebeu, em suma, que em diferentes sociedades havia uma obrigação tácita – ainda que aparentemente livre e gratuita – em dar, receber e retribuir. Em suas palavras, ele buscava compreender: “Qual é a regra de direito e de interesse que, nas sociedades de tipo atrasado ou arcaico, faz que o presente recebido seja obrigatoriamente retribuído? Que força existe na coisa dada que faz que o donatário a retribua?” (Mauss, 2003, p. 188).

Esses presentes, vale salientar, não estavam restritos a objetos economicamente úteis, mas poderia incluir também festas, gentilezas, banquetes, sacrifícios rituais, entre outros dons e

⁴ De acordo com Sigaud (1999), esse relatório teria sido o esboço do que viria a ser o *Ensaio sobre a Dádiva*.

contradons, envolvendo não só indivíduos, mas também famílias, clãs e aldeias inteiras. Mauss chamou atenção ainda para o fato de que essas relações de trocas e reciprocidade tinham, ao mesmo tempo, dimensões morais, sagradas, jurídicas, econômicas, políticas, estéticas, naquilo que ele chamou de “fato social total”. Nas palavras de Merleau-Ponty (1980), no *Ensaio sobre a Dádiva*, vemos a própria “sociedade em ato”.

Para compreender essas relações de reciprocidade, Mauss buscou analisar diversas descrições etnográficas. Para ficar nos dois casos mais emblemáticos, a partir da análise do *potlatch* do noroeste americano, por exemplo, ele ressaltou como a troca agonística de presentes criava uma situação de intensa rivalidade entre os nativos. Nessas relações, aquele que recebia o dom ficava em dívida até restituir o presente recebido. Havia, com isso, uma espécie de guerra simbólica que obrigava as partes a se esforçarem para ser cada vez mais generosas, de modo a equalizar ou mesmo superar uma possível hierarquia que eventualmente tivesse sido estabelecida por meio do recebimento de uma dádiva (Mauss, 2003; Lanna, 2015; Sigaud, 1999).

Nas palavras de Mauss:

A obrigação de dar é a essência do *potlatch*. Um chefe deve oferecer vários *potlatch*, por ele mesmo, por seu filho, seu genro ou sua filha, por seus mortos. Ele só conserva sua autoridade sobre sua tribo e sua aldeia, até mesmo sobre sua família, só mantém sua posição entre chefes – nacional e internacionalmente – se prova que é visitado com frequência e favorecido pelos espíritos e pela fortuna, que é possuído por ela e que a possui; e ele não pode provar essa fortuna a não ser gastando-a, distribuindo-a, humilhando com ela os outros, colocando-os “à sombra de seu nome”. (Mauss, 2003, p. 243-244).

Ao analisar as trocas na sociedade maori, por sua vez, Mauss ressaltou que haveria uma espécie de “alma” nas coisas que faria com que os bens retornassem ao doador (Mauss, 2003; Sigaud, 1999). Em outros termos, segundo o autor, o que os maoris chamam de *hau* ou “o espírito da floresta” estabeleceria uma obrigação para que o bem circulasse, sob pena de que sua energia, ou o seu *mana*, pudesse causar algum infortúnio para aquele que eventualmente o guardasse (e, conseqüentemente, não retribuísse o presente recebido). De acordo com Mauss: “Se o presente recebido, trocado, obriga, é que a coisa recebida não é inerte. Mesmo abandonada pelo doador, ela ainda conserva algo dele. Por ela, ele tem poder sobre o beneficiário [...]. No fundo, é o *hau* que quer voltar ao lugar de seu nascimento, ao santuário da floresta e do clã e ao seu proprietário” (Mauss, 2003, p. 198-199).

Conforme Sigaud, em suma, o *Ensaio sobre a Dádiva* tinha, como objetivos, “fazer uma espécie de arqueologia sobre a natureza das transações humanas”, bem como “extrair

conclusões de ordem moral sobre problemas postos pela crise de ‘nosso direito’ e de ‘nossa economia’” (Sigaud, 1999, p. 92). Em um mundo espantado com as consequências das guerras, com a crescente desigualdade social e os demais efeitos da valorização cada vez maior do individualismo e do acúmulo do capital, a obra de Mauss parecia oferecer *insights* que apontavam em uma outra direção.

Como aponta Maurice Godelier (2001), no *Ensaio sobre a Dádiva*:

[...] se vê um homem, um socialista que acabara de perder a metade de seus amigos na primeira guerra do século, levantar-se ao mesmo tempo contra o bolchevismo, afirmando que é preciso conservar o mercado, e contra o capitalismo liberal, reivindicando que o Estado intervenha, desejando que os ricos reencontrem a antiga generosidade dos chefes célticos ou germanos para que a sociedade não se aprisione na “fria razão do comerciante, do banqueiro e do capitalista”. (Godelier, 2001, p. 11).

O tema aparentemente simples e as discussões e ideias apresentadas na obra, com isso, influenciaram inúmeras gerações e inspiraram um sem-número de estudos, comentários e críticas dentro e fora da Antropologia (Eriksen; Nielsen, 2007; Fournier, 2003; Godbout, 1998; Godelier, 2001; Lanna, 2015; Lévi-Strauss, 2003; Merleau-Ponty, 1980; Sigaud, 1999). O *Ensaio sobre a Dádiva* se tornou um clássico e, até hoje, é reconhecido como uma referência teórica fundamental para iluminar debates em diversos campos.

A seguir, analiso uma pequena parte desses desdobramentos. Ressalto, entretanto, que não pretendo e nem teria condições de apresentar todas as consequências, críticas e legados do texto maussiano. Mas, a partir de algumas referências e comentários sobre a *Dádiva*, procuro ao menos revelar parte de sua contribuição e atualidade como referência teórica incontornável para a compreensão de diversos temas a partir da Antropologia.

ALGUNS DEBATES E DESDOBRAMENTOS DO *ENSAIO*

Lygia Sigaud (1999) explorou aspectos importantes das repercussões do texto de Mauss em um interessantíssimo artigo sobre as “vicissitudes do ‘*Ensaio*’”. Conforme a autora, originalmente, “o estudo estava relacionado a um conjunto mais amplo de investigações sobre regime do direito contratual e dos sistemas de prestações econômicas entre grupos e subgrupos das sociedades ditas primitivas e arcaicas” (Sigaud, 1999, p. 91). Para isso, como foi mencionado, Mauss analisou várias descrições etnográficas, inclusive na Europa.

Ao longo do tempo, no entanto, houve uma espécie de “maorização” do *Ensaio*, como

demonstra Sigaud (1999). Em outras palavras, apesar da obra de Mauss não estar restrita à teoria maori, as discussões sobre as relações de reciprocidade entre aquele povo e a ideia de que os bens circulavam porque haveria uma “alma nas coisas” ganharam um maior destaque entre comentaristas da obra. Com isso, o trabalho de Mauss veio a receber uma série de críticas por parte de autores como Raymond Firth, Lévi-Strauss, entre outros (Sigaud, 1999).

De acordo com Firth, por exemplo, o *hau* não seria o único aspecto que faria com que os dons circulassem entre os maoris. Haveria também, segundo aquele autor, além da sanção mágica, o “medo de perder futuras oportunidades de troca e a própria reputação” em caso de não haver retribuição (Sigaud, 1999, p. 100). Lévi-Strauss, por sua vez, como já é bem conhecido, reiterou essa crítica e ressaltou que essa possivelmente seria uma falha na obra de Mauss. Nas palavras de Lévi-Strauss, o autor teria possivelmente se deixado “mistificar” pela explicação nativa⁵ (Lévi-Strauss, 2003, p. 34).

Ainda assim, conforme mencionado, Lévi-Strauss reconheceu que a obra seria uma contribuição incontornável para a Antropologia. O próprio Lévi-Strauss utilizou aspectos centrais do *Ensaio sobre a Dádiva* para fundamentar toda a sua teoria do parentesco e explicar o tabu do incesto, com base no que ele denominou “princípio de reciprocidade” nas trocas matrimoniais (Lévi-Strauss, 2012).

A partir das ideias de Mauss, o autor procurou demonstrar, em *As estruturas elementares do parentesco*, que seria por meio da troca de esposas que uma família supostamente romperia com os seus laços consanguíneos e fundaria o social (Lévi-Strauss, 2012). A chamada “teoria das alianças” foi considerada uma inflexão nas discussões sobre organização social e parentesco desde então. Apesar de críticas e revisões posteriores às ideias de Lévi-Strauss, os *insights* fornecidos pelo *Ensaio*, em suma, parecem ter sido fundamentais para os debates que se seguiram nesse campo e para a consolidação de parte das ideias do estruturalismo levistraussiano (Augé, 1975; Laraia, 1969).

Antes disso, autores como Malinowski – com quem Mauss mantinha frequente interlocução (Lanna, 2015; Sigaud, 1999) – haviam também corroborado muitos aspectos presentes no ensaio de Mauss. Em trabalhos como *Crime e costume na sociedade selvagem*, por exemplo, Malinowski procurou compreender processos de sanção e de obrigação moral que faziam com que os trobriandeses obedecessem determinadas normas de convívio, na ausência de instrumentos e de instituições formais de coerção (Malinowski, 2003).

⁵ Para Lévi-Strauss, “O *hau* não é a razão última da troca: é a forma consciente sob a qual homens de uma sociedade determinada, em que o problema tinha uma importância particular, conceberam uma necessidade inconsciente cuja razão está alhures” (Lévi-Strauss, 2003, p 34-35).

Abrindo caminho para futuros desdobramentos no campo da Antropologia do Direito, os diálogos estabelecidos entre Mauss e Malinowski e as obras que foram publicadas por esses mestres a respeito do tema da reciprocidade revigoraram, em certa medida, o modo de compreensão das diferentes formas de regulamentação social do chamado “mundo não-ocidental” (Schuch, 2009). De acordo com Sigaud (1999), vale ressaltar, Malinowski fez referência explícita às ideias de Mauss no prólogo de sua obra, revelando, portanto, a importância da interlocução com o seu colega francês naquele período.

A Antropologia Política de autores como Pierre Clastres também parece ter sido influenciada por ideias fornecidas pela obra de Mauss. Ao discutir, por exemplo, sobre as sociedades sem Estado, Clastres argumentou sobre a importância da generosidade do líder na distribuição dos bens, como uma das condições para que este pudesse garantir e legitimar a sua influência em sociedades ameríndias, na ausência de instituições e um poder formal⁶ (Clastres, 2012; 2014).

Em suas palavras, em sociedades sem Estado (ou contra o Estado), o líder indígena “deve ser generoso com seus bens, e não se pode permitir, sem ser desacreditado, repelir os incessantes pedidos dos seus ‘administrados’” (Clastres, 2012, p. 48). Em um contexto em que as relações de parentesco e a noção de Estado ainda pareciam ser centrais para a compreensão da organização política das sociedades ditas “tradicionais”, a obra de Mauss parece ter contribuído, portanto, para iluminar outros aspectos até então pouco explorados nesse campo.

Maurice Godelier (2001), por sua vez, procurou explorar um aspecto pouco discutido (ou negligenciado) na obra Mauss. A partir de sua etnografia entre os baruya da Nova Guiné, Godelier retoma os debates do *Ensaio* e argumenta que existem bens que não devem circular. Em outras palavras, por sua dimensão simbólica ou sagrada, existiram objetos inalienáveis e que, por isso, deveriam ficar de fora das relações de troca e de reciprocidade. Esses debates também inspiraram mais à frente autores como Pierre Bourdieu (2011) em suas análises sobre o mercado das artes, a discussão sobre religião e sobre a economia dos bens simbólicos.

Além disso, ao retomar a análise da obra de Mauss e as críticas apresentadas por Godelier, Bourdieu chamou atenção para outro aspecto, até então não enfatizado na *Dádiva* por seus comentaristas e críticos: o necessário intervalo entre as trocas como um aspecto necessário para garantir a circulação dos bens. Conforme Bourdieu, “em todas as sociedades, admite-se tacitamente que não se devolve no ato o que se recebeu – o que implicaria numa recusa”

⁶ Para isso, Clastres faz referência expressa às ideias de Robert Lowie que, por sua vez, havia mantido diálogo e fundamentado sua discussão no pensamento de Marcel Mauss (Clastres, 2012; Sigaud, 1999).

(Bourdieu, 2011, p. 159). É necessário um intervalo como forma de dissimular e de criar uma espécie de “véu de espontaneidade” entre o ato de dar, de receber e de retribuir. Esse intervalo faria com que as trocas fossem compreendidas como atos singulares, independentes, sem qualquer relação entre si⁷ (Bourdieu, 2011).

A obra de Mauss, além disso, estimulou diversas outras críticas, debates e reflexões dentro e fora da Antropologia. No Brasil, por exemplo, as contribuições do *Ensaio sobre a Dádiva* podem ser percebidas em obras como as da própria Lygia Sigaud (2004). A autora toma como referência os debates sobre as relações de troca e reciprocidade para compreender a noção de “honra” entre trabalhadores e patrões dos antigos engenhos de cana-de-açúcar da Zona da Mata Norte pernambucana.

Ao analisar as relações entre os trabalhadores que viviam sob o regime de “morada” e os patrões dos engenhos pernambucanos, Sigaud demonstrou como um complexo sistema de dádivas e contradádivas era gerado entre as partes. Nessas relações, apenas o trabalhador percebia que tinha obrigações frente ao seu patrão. Por estarem vivendo nas terras dos engenhos, as obrigações do patrão, inclusive o pagamento do salário, eram quase sempre compreendidas como “dons” ou sinais de sua “bondade”. Isso fazia com que os trabalhadores se sentissem permanentemente endividados. A obra de Mauss, nesse sentido, oferece uma contribuição teórica fundamental para a compreensão desses vínculos que envolvem, ao mesmo tempo, diferentes regimes de trabalho e complexas relações com o território no campo.

Autores como Luís Roberto Cardoso de Oliveira (2012), por seu turno, discutem sobre a importância do *Ensaio sobre a Dádiva* para iluminar a dimensão simbólica da moral, que muitas vezes fica invisibilizada em situações de conflitos no campo jurídico. De acordo com Cardoso de Oliveira (2012), há um senso de justiça que precisa ser levado em consideração e que muitas vezes não pode ser facilmente percebido à luz do nosso Direito (de tradição civilista e doutrinária). Para isso, é importante ter em vista relações de reciprocidade e obrigações mútuas que são estabelecidas pela tradição e que, na maioria das vezes, não estão prescritas na “letra fria da Lei”. As ideias de Marcel Mauss são fundamentais, em outras palavras, para a compreensão desses diferentes regimes de juridicidade, como demonstra Cardoso de Oliveira (2004; 2012).

No campo das festas e nos estudos sobre cultura popular, a influência do *Ensaio* é enorme.

⁷ Entre outros aspectos, Bourdieu ressalta, por exemplo, que essa seria uma das razões pelas quais revelar o custo ou requisitar claramente alguma espécie de retribuição de um presente seria um tabu e algo humilhante em muitas sociedades. O autor ressalta, além disso, que esse seria um paradigma oposto à lógica do mercado. Uma espécie de dominação simbólica, em outras palavras, que rege a “economia” da Dádiva.

Em um extenso balanço publicado em uma coletânea organizada pela Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (Anpocs) em 2010, autores como Maria Laura Cavalcanti e José Reginaldo Gonçalves (2010) destacam as contribuições teóricas da *Dádiva* para diversas pesquisas, tais como os seus próprios trabalhos acerca do mundo do Carnaval e das relações entre fiéis nas Festas do Divino. O dar, receber e retribuir é um processo central na dinâmica desse universo. As relações de dádiva e contradádiva ocupam, em suma, um papel fundamental na dinâmica festiva e há, além disso, uma dimensão totalizante nos ritos, em que a obra de Mauss se torna uma referência imprescindível (Cavalcanti, 2006; Cavalcanti, Gonçalves, 2010) para o entendimento desses e diversos outros temas estudados pela Antropologia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A *Dádiva*, enfim, parece estar em todo o lugar. Mesmo depois de quase um século de sua publicação original, o texto de Mauss continua inspirando vários estudos e iluminando diferentes aspectos dentro e fora da Antropologia. Procurei trazer aqui apenas alguns debates e desdobramentos que revelam parte da atualidade da obra e a importância das ideias de seu autor. Ao que tudo indica, a temática da reciprocidade continua sendo uma referência teórica central que nos guia entre “estantes” e fronteiras “onde estão a Antropologia”.

Trata-se, portanto, de um clássico incontornável em nossa disciplina. Espero que estas notas sejam lidas como uma espécie de homenagem e um convite para que possamos revisitar e nos reencontrar com os aspectos sempre inspiradores da obra-prima de Marcel Mauss. Mesmo depois de quase 100 anos de críticas, debates e desdobramentos, sua contribuição teórica e sua dimensão totalizante continuam incontestáveis e suas influências estão em todo o lugar.

Vale salientar, por fim, que no momento da publicação deste artigo, em 2025, há notícias desesperadoras sobre conflitos armados no Congo, genocídio na Palestina, ascensão da extrema direita, adoção de políticas ultraliberais em diferentes países mundo e de uma crescente emergência climática que poderá afetar irreversivelmente o destino de diversas populações no planeta. Revisitar a obra de Marcel Mauss é, portanto, além de fundamental para compreensão daquilo que, apesar de tudo, nos une enquanto coletividade, uma urgência para que possamos refletir sobre a importância da reciprocidade como valor e como saída para esses tempos distópicos.

REFERÊNCIAS

1. AUGÉ, Marc (org.). **Os domínios do parentesco**. Lisboa: Edições 70, 1975.
2. BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. 11. ed. Mariza Corrêa: Papyrus, 2011.
3. CALVINO, Italo. **Por que ler os clássicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
4. CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto. Honra, dignidade e reciprocidade. **Cadernos de Direitos Humanos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 31-48, 2004. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/5606>. Acesso em: 21 jan. 2025.
5. CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto. A dimensão simbólica dos direitos e a análise de conflitos. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 53, n. 2, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2010.36432>. Acesso em: 21 jan. 2025.
6. CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. **Carnaval carioca: dos bastidores ao desfile** 3. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.
7. CAVALCANTI, Maria Laura De Castro; GONÇALVES, José Reginaldo S. Cultura, festas e patrimônio. In: MARTINS, Carlos Benedito; DUARTE, Luiz Fernando Dias. **Horizonte das Ciências Sociais no Brasil: antropologia**. São Paulo: ANPOCS, 2010. p. 259-292.
8. CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado** – pesquisas de antropologia política. São Paulo: Cosac Naify, 2012.
9. CLASTRES, Pierre. **A arqueologia da violência** – pesquisas de antropologia política. São Paulo: Cosac Naify, 2014.
10. ERIKSEN, Thomas Hylland; NIELSEN, Finn Sivert. **História da Antropologia**. Petrópolis: Vozes, 2007.
11. FOURNIER, Marcel. Para reescrever a biografia de Marcel Mauss... **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 52, p. 5-13, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/8B3j7bQ7cK5wDYG8Jz6GhXx/>. Acesso em: 21 jan. 2025.
12. GODBOUT, Jacques T. Introdução à dádiva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 13, n. 38, p. 39-52, 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/FxCGqNj5XsnrQb9MyfRhNWt/>. Acesso em: 21 jan. 2025.
13. GODELIER, Maurice. **O enigma do dom**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
14. GROSSI, Miriam Pillar. Duas Germaines e uma Denise: alunas de Mauss. In: GROSSI, Miriam Pillar; CAVIGNAC, Julie Antoinette; MOTTA, Antônio. **Antropologia francesa no século XX**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Massangana, 2006. p. 239-258.

15. LANA, Marcos. De bens inalienáveis e “casas” no Ensaio sobre a dádiva. *In*: GROSSI, Miriam Pillar; CAVIGNAC, Julie Antoniette; MOTTA, Antônio. **Antropologia Francesa no Século XX**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2006. p. 85-125.
16. LANNA, Marcos. Marcel Mauss (1872 – 1950). *In*: ROCHA, Everardo; FRID, Marina (org.). **Os Antropólogos: Clássicos das Ciências Sociais**. Petrópolis: Vozes, 2015. p. 61-78.
17. LARAIA, Roque de Barros (org.). **Organização social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.
18. LÉVI-STRAUSS, Claude. Introdução à obra de Marcel Mauss. *In*: MAUSS, Marcel. **Antropologia e Sociologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003. p. 11-45.
19. LÉVI-STRAUSS, Claude. **As estruturas elementares do parentesco**. 7. ed. Petrópolis, RJ Vozes, 2012.
20. LÉVY-BRUHL, Henri. Sobre o autor. *In*: MAUSS, Marcel. **Antropologia e Sociologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003. p. 527-529.
21. MALINOWSKI, Bronislaw. **Crime e costume na sociedade selvagem**. Brasília: UnB, 2003.
22. MAUSS segundo suas alunas. Produção de Miriam Pillar Grossi e Carmen Rial. Florianópolis: Núcleo de Antropologia Audiovisual e Estudos de Imagem, 2002. 1 DVD (38 min).
23. MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a Dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. *In*: MAUSS, Marcel. **Antropologia e Sociologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003. p. 182-314.
24. MERLEAU-PONTY, Maurice. De Mauss a Claude Lévi-Strauss. *In*: MERLEAU-PONTY, Maurice. **Os pensadores: textos selecionados**. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
25. PEIRANO, Mariza. Onde está a antropologia?. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 67–102. 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/SjbZPLRD6qv3RCymLY8YxJy/>. Acesso em: 21 jan. 2024.
26. SCHUCH, Patrice. Antropologia do Direito: trajetória e desafios contemporâneos. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, n. 67, p. 51-73, 2009. Disponível em: <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/322>. Acesso em: 21 jan. 2024.
27. SIGAUD, Lygia. As vicissitudes do “ensaio sobre o dom”. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 89-123, out. 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/RKqxBzX3LTkhfSTB3Q3VjBn/>. Acesso em: 21 jan. 2024.
28. SIGAUD, Lygia. Armadilhas da honra e do perdão: usos sociais do direito na mata pernambucana. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 131-163, 2004. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/mana/a/PZyr3vFvmQqhmmCMzvMBzTn/>. Acesso em: 21 jan. 2024.

Leonardo Leal Esteves

Professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Universidade Federal de Sergipe. Doutor em Antropologia pela Universidade Federal de Pernambuco. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3728-5575>. E-mail: leonardolesteves@gmail.com